

Ata Número Dezassete

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Junta de Freguesia em Ferreiró, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada, sob a presidência de Carlos Manuel Amorim Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia
 - a) Apreciação e votação da Ata n.º 16 de 17 de junho de 2025 – Mandato 2021/2025;
 - b) Outros assuntos.
2. Período da Ordem do Dia:
 - a) Informação do Sr. Presidente de Junta sobre atividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira;
 - b) Ratificação da retificação da classificação económica (contabilística) dos documentos de prestação de contas (controlo orçamental da receita e mapa de fluxos orçamentais da receita) dos anos de 2022, 2023 e 2024, relativos aos valores recebidos das rendas da habitação propriedade da Junta de Freguesia na Travessa de São Brás e Rua de São Brás, na cidade do Porto.
3. Período de Depois da Ordem do Dia (período para intervenção do público).

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Sr. Carlos Manuel Amorim Cardoso, deu início à reunião verificando a presença de todos os seus membros, não tendo sido registadas faltas.

Passou-se de seguida à alínea a) do Período de Antes do Ordem do Dia: Apreciação e votação da Ata n.º 16 - Quadriénio 2021/2025.

Este ponto foi submetido a apreciação, seguido de votação, o qual foi aprovado com nove votos a favor, por unanimidade.

Passou-se de seguida à alínea b) Outros assuntos, não tendo havido intervenções.

Passou-se ao Período da Ordem do Dia, alínea a) Informação do Sr. Presidente de Junta sobre atividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira.

O Presidente da Junta destacou, entre outras, as seguintes atividades da Junta de Freguesia. Continua a colaboração com todas as associações da União de Freguesias, nas diversas iniciativas que levam a cabo. Em colaboração com o MADI, realizou-se um magnífico espetáculo junto à Igreja de Santa Marinha de Ferreiró para comemoração do 10º aniversário da sua instalação em Ferreiró. A Junta comprou a pronto a carrinha de nove lugares para o transporte escolar. O executivo da Junta está a acompanhar a fase de adjudicação das seguintes obras: ampliação da rede de saneamento na União de Freguesias, Largo da Santíssima Trindade em Ferreiró e remodelação da Escola Agustina Bessa Luís.

O Presidente da Junta fez um esclarecimento público sobre a evolução da situação da Casa do Porto, um problema que irá transitar para o próximo executivo. Em 2020 fizeram-se duas avaliações da casa e foi criada uma comissão constituída por ex-autarcas de Outeiro para ajudar a Junta a tomar uma decisão sobre este assunto. Esta comissão, após efetuar visita à casa, recomendou por maioria a venda da casa. Em 2021 foi pedida autorização à Assembleia de Freguesia para fazer uma venda da casa por hasta pública, comprometendo-se o executivo a investir a totalidade do valor da venda exclusivamente em Outeiro Maior. Para o processo de venda avançar foi pedida certidão à Câmara do Porto que, após vistoria, detetou a existência de obras ilegais na casa pelo que não emitiu a necessária certidão. Foi ainda detetado na vistoria que o registo da Conservatória Predial, a caderneta predial e o projeto existente na Câmara têm áreas diferentes. Para ultrapassar este bloqueio foi contratado um advogado e um gabinete técnico. Em conclusão, a Casa do Porto não foi vendida nem sequer colocada à venda porque enquanto não forem resolvidos os problemas dos registos e das obras ilegais a venda não será possível. O Presidente da Junta esclareceu ainda que a venda desta ou de qualquer outra propriedade da Junta tem de ser feita por hasta pública e portanto todos são livres de apresentarem propostas.

O Presidente da Junta agradeceu aos membros da assembleia e aos colegas do executivo a forma correta e isenta como exerceram as suas funções.

O Sr. João Cruz disse que têm surgido dúvidas e preocupações na população sobre o projeto de requalificação do Largo da Santíssima Trindade, pelo que sugeriu uma segunda apresentação do projeto para esclarecimento da população.

O Presidente da Junta informou que uma das questões levantadas foi o sentido único da Rua da Trindade e que o projeto foi retificado para contemplar duas vias de circulação.

Passou-se à alínea b) da ordem do dia: Ratificação da retificação da classificação económica (contabilística) dos documentos de prestação de contas (controlo orçamental da receita e mapa de fluxos orçamentais da receita) dos anos de 2022, 2023 e 2024, relativos aos valores recebidos das rendas da habitação propriedade da Junta de Freguesia na Travessa de São Brás e Rua de São Brás, na cidade do Porto.

O Presidente da Assembleia pediu autorização à Assembleia para se ouvir o esclarecimento do contabilista, Sr. Adelino Campos, sobre este ponto. O Sr. Adelino Campos informou que foi detetado um erro na classificação contabilística das rendas do Porto. Assumiu ter sido por responsabilidade sua que este recebimento foi erradamente classificado não em rendas mas noutra rúbrica de proveitos. Acrescentou que este erro foi detetado na sequência da publicação das contas e do alerta do Sr. Fernando Almeida. As rendas estão declaradas no Serviço de Finanças e não há alteração ao valor da receita global, apenas foi feita uma reclassificação da rúbrica.

A deputada Sra. Nádía Marques queixou-se que a documentação de apoio à Assembleia foi enviada tardiamente.

A ratificação da retificação da classificação económica (contabilística) foi posta a votação e aprovada com oito votos a favor e uma abstenção.

Passou-se de seguida ao período de Depois da Ordem do Dia, em que se deu palavra ao público, com presença maciça nesta Assembleia, enchendo por completo o espaço do Salão da Junta.

O Dr. Afonso Pinhão fez uma declaração manifestando a preocupação e oposição da população relativamente à construção da Estação de Tratamento de Aguas Residuais para produção de biogás junto à zona habitacional de Santagões em Bagunte, área que está classificada como floresta e de ocupação condicionada no PDM. Deixou claro que a oposição é contra a localização escolhida e não contra a agricultura ou a inovação energética. Elencou os impactos na qualidade de vida, ambiente e saúde, bem como os impactos sociais e económicos tais como: maus cheiros persistentes, ruído contante, impacto visual, contaminação de solos e águas, risco de incêndios e explosões, atração de insetos e dificuldades respiratórias, desvalorização das casas e terrenos e diminuição da atratividade turística e cultural.

Alertou ainda que esta construção levanta dúvidas sobre quem realmente beneficia com ela. Pede transparência nos contratos, financiamentos e ligações entre a Cooperativa e a Autarquia, desde logo esclarecendo se existem estudos independentes. Exige respeito pela saúde, pelo território e pelo direito a viver com dignidade e apela à Assembleia para estar ao lado da população e defender os interesses de quem aqui habita.

O Presidente da Junta esclareceu que tem havido reuniões da Câmara Municipal com a empresa que está a desenvolver estes estudos e que a Junta de Freguesia tem acompanhado o processo. Acrescentou que ainda não há projeto apresentado na Câmara Municipal. Relativamente à questão dos cheiros transmitiu que segundo a informação de que dispõe se trata de um circuito completamente fechado que tem de ser licenciado por várias entidades e que tem de cumprir normas; tem também que ser feito um estudo de impacto ambiental. Declarou que o que interessa à Junta é a salvaguarda da população. Informou que o terreno em causa é da Cooperativa e que a empresa da Central de Biometano quer arrendar o terreno. Informou ainda que a Junta não licencia nem tem de dar parecer, embora possa tomar posição.

O Sr. Rui Sousa de Corvos interveio dizendo que o que está em causa não é uma estação de tratamento de águas. Explicou que o chorume e outros ingredientes são descarregados em cubas, ficam a curtir e desse processo é

extraído o metano; são unidades sem grande impacto visual e positivas para a economia do país.

O Sr. José António Pereira disse que existe um problema a montante e outro a jusante – o resultado do processo de transformação tem de ficar armazenado em lagoa ou tanques fechados. A unidade pode ainda ser fonte de barulho. Quanto mais afastada estiver da população melhor.

O Sr. Raulino Silva, arquitecto, declarou que os habitantes de Bagunte não pretendem a instalação desta unidade e que tudo será feito para que não exista. De acordo com o PDM trata-se de uma área de ocupação condicionada. A intenção poderá ser descarregar para o rio a água que fica depois do processo produtivo. Acrescentou que a Junta não pode permitir a destruição do património e da vida dos habitantes por causa de interesses particulares. Pede que a Junta defina uma posição a favor ou contra esta unidade.

O Presidente da Junta reiterou que a Junta não faz licenciamento de construção, pode manifestar oposição, mas neste momento não conhece o processo de produção. Acrescentou que a primeira preocupação da Junta é a salvaguarda da população.

O Sr. Ricardo Aires, que faz parte da equipa técnica que está a elaborar os estudos, esclareceu que não se trata de uma ETAR. Os estudos que estão a ser feitos procuram uma solução adequada, que terá estudo de impacto ambiental e será sujeita a consulta pública. Esclareceu que nos estudos não há lagoas e não há lixiviação. É um projeto que está a ser desenvolvido pela TME em conjunto com os agricultores e em parceria com a Kuwatt. Acrescentou que o processo está numa fase inicial de estudo e que estão a ser caracterizados vários espaços.

A Sra. Ana Cruz disse que um assunto desta natureza deveria ter sido comunicado à população, porque interessa a posição da população. Estes projetos podem ser muito importantes mas, por mais que se diga que são inócuos, não devem ser feitos junto às casas das pessoas.

O Presidente disse que a Junta não comunicou à população porque o projeto está no início.

O Sr. Marcelino Balazeiro destacou em final de mandato a proximidade e sensibilidade da Junta. Manifestou também o seu descontentamento com este projeto e o que pede ao executivo é um não a este projeto porque os moradores de Santagões não merecem isto.

O Presidente da Junta informou que tem conhecimento deste projeto há cerca de dois meses e que não é oportuno discutir um projeto que não passou dos primeiros estudos.

O Sr. Manuel Ferreira questionou a cedência de um espaço público em Parada para se implantar uma ETAR. Questionou o executivo se está contra ou a favor da construção em Santagões da Central de Biometano e acrescentou que a população tem de ser defendida.

O Presidente da Junta respondeu, relativamente à ETAR de saneamento em Parada, que foi necessário construir duas mini etars, uma em Bagunte e outra em Parada, para que o saneamento na União de Freguesias avançasse. Em relação à Central de Biometano garantiu que a população será defendida; neste momento não sabe como funcionam estas centrais e não se pode pronunciar contra uma coisa que não conhece.

O Sr. José Costa e Silva disse que antes que o projeto avance é melhor parar à nascença porque ninguém quer viver perto disto. Deve ser feito numa área reservada afastada de populações.

O Presidente da Junta acrescentou que sendo o terreno propriedade da Cooperativa os sócios podem inviabilizar o projeto.

O Sr. Rui Sousa de Santagões perguntou se a Junta intervém na revisão do PDM.

O Presidente da Junta respondeu que no mandato anterior foi convidado a participar, bem como algumas associações e outras instituições locais, mas que desconhece como está este processo agora. Apesar de ter solicitado informações, desconhece o que está previsto na revisão do PDM.

O Rui Sousa perguntou se a classificação do terreno pode ser modificada a qualquer momento.

O Presidente da Junta informou que só pode ser modificado se for aprovado na Assembleia Municipal e depois de consulta pública.

O Sr. Henrique Rego afirmou que é um progressista e que precisamos de energias renováveis, mas que ninguém quer ao pé da porta estas unidades. Santagões é um território já tem sofrido por via da desmatização e desflorestação. Acrescentou que este tipo de investimentos tem de ser muito bem ponderado e colocados em locais adequados. Finalizou afirmando que este projeto é altamente prejudicial para a população.

O Sr. Fernando Almeida chamou a atenção para o transporte de chorumes e outros materiais em camiões e cisternas trazer moscas e sujidade às ruas. Agradeceu a retificação que foi feita relativamente à classificação contabilística das rendas da casa do Porto e acrescentou que não se deve vender património. Perguntou onde estão registadas as rendas da casa de Ferreiró.

O Presidente da Junta esclareceu que a casa do Porto precisa de obras profundas e que a Junta não poderia fazer esse investimento.

O Sr. Carlos Sousa disse que este projeto da Central de Biometano vai fazer mal e prejudicar as pessoas e pergunta se a Cooperativa não quererá aproveitar este projeto para legalizar a atual fábrica, que está ilegal.

O Presidente da Junta respondeu que tanto quanto sabe a fábrica está licenciada e tem alvará de utilização.

O Sr Ricardo Eiras declarou que constata que a população está contra o projeto e este é um pré-requisito chave do processo.

O Sr. Rui Sousa de Corvos sugeriu que se pensasse num local com menos impacto uma vez que o processo de aumentar a autonomia energética é irreversível. Destacou ainda, como esta é a ultima assembleia do mandato, o excelente trabalho prestado à comunidade pelo executivo e assembleia.

O Sr. Raulino Silva disse que há sítios próprios para instalar estas estruturas em locais onde não exista população, em Santagões é que não.

O Sr. Rogério Ferreira repetiu que a população não quer esta estrutura em Santagões. Alertou para a remoção de um tanque público no Cimo de Vila.

O Presidente da Junta respondeu que tanto quanto sabe foi removido um tanque do Adriano o que o tanque de lavagem público continua no mesmo sítio.

O Sr. Rogério Ferreira insistiu que o tanque era usado para regadio dos campos.

O Presidente da Junta respondeu que quando foram feitas as obras da Urbanização 25 de Abril o tanque que era pertença de um agricultor foi removido para descarregar as águas pluviais; o tanque público continua lá.

O Sr. Rogério Ferreira acrescentou que na sua opinião o tanque adquire o domínio publico pela sua antiguidade e por ser usado pela população e que a intubação da água sem licenciamento é crime.

O Presidente da Junta informou que a obra foi feita pela Câmara Municipal e que fica registada a preocupação.

O Presidente da Assembleia concluiu dizendo que população deixou bem vincada a sua oposição ao projeto de biogás em Santagões e que se a população não quer que este processo avance, o executivo deve acompanhar a posição da população.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que será aprovada e assinada.